

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 108.407 - MG (2019/0043831-5)**

**RELATOR** : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR  
**RECORRENTE** : MATHEUS FERNANDES (PRESO)  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**DECISÃO**

Trata-se de pedido liminar em recurso ordinário em *habeas corpus* interposto por **Matheus Fernandes**, impugnando acórdão proferido pela Sexta Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Minas Gerais no HC n. 1.0000.18.124364-3/000, que denegou o *writ* na origem, mantendo a segregação cautelar provisória decretada em razão da suposta prática da conduta descrita no art. 157, *caput*, do Código Penal.

O acórdão do Tribunal *a quo* foi assim ementado (fl. 62):

EMENTA: *HABEAS CORPUS* - ROUBO - CONVERSÃO DA PRISÃO EM FLAGRANTE EM PREVENTIVA - DECISÃO MOTIVADA - REVOGAÇÃO - INVIABILIDADE - PRESENTES OS REQUISITOS DOS ARTS. 312 E 313 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - PROVA DE EXISTÊNCIA DO CRIME E INDÍCIOS DE AUTORIA - GRAVIDADE CONCRETA - GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E APLICAÇÃO DA LEI PENAL - INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL - ORDEM DENEGADA.

- É medida que se impõe a manutenção do acautelamento provisório do paciente, uma vez presentes os requisitos autorizadores da prisão preventiva, constantes do art. 312, do Código de Processo Penal.

O recorrente alega, nas suas razões recursais, em síntese, que o Magistrado singular adotou elementos constitutivos do tipo penal imputado para decretar a prisão preventiva e que o *periculum libertatis* e o *fumus commissi delicti* não foram comprovados pelas instâncias de origem (fl. 77).

Sustenta que a prisão cautelar se mostra desproporcional, tendo-se em conta a possibilidade de fixação de regime diverso do atual, bem como de recorrer em liberdade, sendo possível a aplicação, ao caso, do disposto nas Súmulas ns. 440/STJ, 718 e 719/STF.

Salienta estar demonstrado o *periculum in mora*.

Requer, liminarmente, a concessão da ordem, para permitir que o recorrente aguarde solto o julgamento do presente recurso, com expedição de salvo conduto (fl. 76).

É o relatório.

Neste momento, não me deparo com o *fumus boni iuris* necessário para a concessão da medida de urgência requerida.

Inicialmente, destaco o seguinte trecho da audiência de custódia, em que o Magistrado singular converteu a prisão em flagrante em preventiva (fl. 18 - grifo nosso):

Constatado que o APF está formalmente perfeito, obedecendo as disposições do art. 304 e 306 do Código de Processo Penal, respeitados, a priori, os direitos constitucionais previsto no art. 5º, LXII, LXIII, LXIV da CF. A prisão, analisada pelos aspectos legais, não comporta aqui oportunidade para o relaxamento. Além do mais, verifico da leitura do APF que tanto as testemunhas quanto a vítima relatam que o conduzido praticado o crime de roubo que lhe é imputado, **mediante simulação de estar armado**, tendo a vítima reconhecido o conduzido, sem sombra de dúvidas, existindo, portanto, indícios suficientes de autoria e provas em potencial da ocorrência dos fatos, sendo certo que se trata de **crime grave, perpetrado em tese mediante violência e grave ameaça contra a pessoa, existindo notícias através de registros policiais em anexo do envolvimento rotineiro do conduzido com atividades delituosas, desde sua menoridade, fazendo-se aconselhável, portanto, a manutenção de seu acautelamento para resguardo da ordem pública, evitando-se a reiteração criminosa**. Assim sendo, nos termos do art. 310, II, e presentes os requisitos do art. 312 c/c art. 313, todos do C.P.P., **CONVERTO A PRISÃO EM FLAGRANTE do(a) autuado(a) EM PRISÃO PREVENTIVA.[...]**

Outrossim, o *writ* foi denegado na origem, mediante os seguintes fundamentos (fls. 64/67 – grifo nosso):

Analisando os documentos juntados nesta ação constitucional, constata-se **a existência de elementos concretos que demonstram a necessidade da segregação cautelar do paciente, para garantia da ordem pública e regular transcurso da instrução criminal, diante da gravidade em concreto do delito que lhe é imputado e da conduta do réu**.

Depreende-se dos autos que o paciente foi autuado em flagrante delito, no

dia 17 de outubro de 2018, **pela prática, em tese, do crime de roubo com simulação de emprego de arma de fogo**. Em sede de audiência de custódia realizada no dia 18 de outubro do corrente ano, o Magistrado da primeira instância, Dr. Cristiano Alvares Valladares do Lago converteu a prisão em flagrante delito em segregação preventiva (fls. 14/15).

De início, compete destacar que, ante a conversão da prisão em flagrante em segregação preventiva, eventual vício ocorrido naquela resta superado, uma vez que a medida constritiva se justifica, agora, em razão do novo título judicial que concluiu pela presença dos pressupostos e requisitos presentes no ad. 312 e seguintes do CPP.

Inexiste, portanto, qualquer vício a ser sanado no auto de prisão em flagrante delito.

No que diz respeito à decisão que decretou a medida extrema, tem-se que esta foi suficientemente fundamentada, sem afrontar o artigo 93, IX, da Constituição Federal, nem qualquer outro dispositivo constitucional ou infraconstitucional. O Magistrado considerou ser imperiosa a segregação do paciente, para garantia da ordem pública, na forma do ad. 312, do CPP, diante da gravidade do delito perpetrado e das notícias de envolvimento reiterado do paciente na criminalidade desde sua menoridade.

Observa-se que, **além do *fumus commissi delicti*, evidenciada a existência do fato e indícios suficiente de autoria, também paira nítido o *periculum libertatis*, não só pela gravidade em abstrato do delito imputado, mas especialmente pela gravidade concreta**. Vejamos.

O auto de prisão em flagrante demonstra **a prova da materialidade delitiva e indícios de que o paciente tenha perpetrado o delito em comento, isto face ao próprio reconhecimento perpetrado pela vítima**.

Noticiou-se, também, **ser o paciente conhecido no meio policial pela prática contumaz de crimes, o que enseja redobrada cautela na análise de pedido de soltura, ante a possibilidade de reiteração criminosa, a assolar a ordem pública**.

Outrossim, o condutor do APFD informou que após encerrar a ocorrência voltou para o patrulhamento e ao retornar a esta Delegacia a vítima relatou ao declarante que uma pessoa que se apresentou como irmã do autor teria dito que se a vítima não o reconhecesse, ela entregaria o aparelho celular da vítima, pois sabia onde o mesmo estava", sendo tal relato confirmado pela vítima (fl. 11), o que denota que a soltura do paciente também poderia estar a prejudicar o regular andamento da instrução criminal.

Anote-se, ainda, que eventuais circunstâncias pessoais favoráveis do paciente, tais como primariedade, residência fixa e ocupação lícita não constituem, por si só, fator impositivo à libertação, pois, diante do caso concreto e em juízo de proporcionalidade penal, deve prevalecer, agora, a medida coercitiva, de indubitosa eficácia protetiva social.

Em suma, tais elementos apontam a inaptidão das medidas cautelares diversas da prisão, assim como a necessidade de conservação da segregação cautelar para a preservação da ordem pública.

Por outro lado, o princípio constitucional da presunção de inocência não obsta a manutenção da prisão preventiva, quando presentes os fundamentos

legais da medida. Isso porque, o art, 5º, inciso LVII, da Constituição Federal não revogou as diversas modalidades de prisão processual, fazendo referido dispositivo menção expressa á prisão em flagrante ou decorrente de ordem escrita da autoridade judiciária competente.

Conforme leciona Mirabete:

[...]

Ressalte-se também estar preenchida a condição de admissibilidade da prisão preventiva, prevista no inciso I, do art. 313, do CPP, **por se tratar de crime doloso a conduta, em tese, praticada pelo paciente, punida com pena privativa de liberdade máxima superior a 04 (quatro) anos.**

Portanto, **não há que se falar em constrangimento ilegal pela ausência de fundamentação ou dos requisitos do ad. 312, do CPP que, a meu ver, restaram devidamente demonstrados, ante a existência de provas da materialidade do crime, indícios de autoria e ameaça à ordem pública e ao regular curso da instrução**

Por ora, ante os fundamentos divulgados, não vislumbro o constrangimento ilegal sofrido pelo paciente sanável por este *writ*.

Como se vê, a prisão preventiva está adequadamente motivada em elementos concretos extraídos dos autos, notadamente o *modus operandi* empregado na prática delituosa – subtração de bem com o simulacro de porte de arma –, bem como justificada na preservação da ordem pública, dada a gravidade do delito perpetrado e das notícias de envolvimento reiterado do recorrente na criminalidade desde sua menoridade, o que, neste juízo liminar, constitui base empírica idônea para determinar a manutenção da custódia.

Pacífico é o entendimento nesta Corte Superior de que *não há constrangimento ilegal quando a segregação provisória é decretada em razão do modus operandi com que o delito fora praticado* (RHC n. 96.834/MS, Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe 20/6/2018), muito menos nos casos em que se visa impedir a reiteração criminosa delitiva (HC n. 482.292/MG, Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe 14/2/2019).

Não verifico, assim, caracterizado de plano o *fumus boni iuris*, considerando a gravidade concreta da conduta delituosa.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo da 4ª Vara Criminal de Juiz de Fora/MG, especificamente quanto ao atual andamento da Ação Penal n. 285747-20.2018.8.13.0145.

Abra-se vista ao Ministério Público Federal.

Em seguida, conclusos.

Publique-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator

